



Prova Escrita objetiva – Nível Superior

ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA - ESPECIALIDADE - ANALISTA EM ECONOMIA

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Língua Portuguesa

TEXTO 1 – O mito da maioria penal

Marcelo Freixo, O Globo, 02/04/2015

“Quando falo sobre redução da maioria penal, costume dizer que a sociedade precisa decidir em que banco quer ver a juventude. Se no banco da escola ou no banco dos réus. Antontem, o Congresso Nacional sinalizou que prefere a segunda opção. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou a constitucionalidade da PEC que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos”.

1

Segundo o exposto no texto 1, depreende-se que o autor do texto:

- (A) apoia a decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara;
- (B) critica o sistema educacional, incapaz de manter as crianças na escola;
- (C) desaprova a redução da maioria penal de 18 para 16 anos;
- (D) lamenta afetivamente o encaminhamento de menores para a prisão;
- (E) aplaude a aprovação da constitucionalidade da PEC que reduz a maioria penal.

2

O autor do texto 1 apela para algumas estratégias argumentativas; a estratégia identificada de forma correta e adequada ao texto é:

- (A) a criação de autoridade para os seus argumentos ao citar a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados;
- (B) o aumento da força de seus argumentos ao colocar as opiniões em primeira pessoa do singular;
- (C) o apelo à intimidação do leitor, antecipando os perigos sociais de uma parte delinquente de nossa juventude;
- (D) a utilização de um falso argumento “ou um ou outro”, ao dizer “no banco da escola ou no banco dos réus”;
- (E) o uso de argumento apoiado em pública autoridade ao indicar a preferência do Congresso Nacional pela redução da maioria penal.

3

“Se no banco da escola ou no banco dos réus. Antontem, o Congresso Nacional sinalizou que prefere a segunda opção”.

A forma correta dos demonstrativos na substituição do termo sublinhado é:

- (A) esse/àquele;
- (B) este/àquele;
- (C) aquele a esse;
- (D) aquele a este;
- (E) esse a este.

4

A charge abaixo, publicada no jornal O Dia (PI) em 1 de abril de 2015, produz humor apoiada numa figura de linguagem expressa graficamente, figura essa denominada:



- (A) metáfora;
- (B) metonímia;
- (C) hipérbole;
- (D) pleonasma;
- (E) catacrese.

5



A charge acima, do caricaturista Samuca, publicada no Diário de Pernambuco em 1 de abril de 2015, expõe um dos pontos de vista sobre a redução da maioria penal, que pode ser expresso na seguinte frase:

- (A) A infância abandonada pelos pais, que passam todo o dia fora de casa, acaba por cometer delitos que a levam para a cadeia;
- (B) O fato de muitas crianças trocarem a sala de aula pelo campo de futebol pode ser o início de uma vida na ilegalidade;
- (C) Crianças devem ser tratadas como tais e não serem passíveis de penas que atingem os adultos;
- (D) O futebol, como outros esportes, pode servir de caminho para que as crianças não ingressem no mundo do crime;
- (E) A redução da maioria penal não deve atingir as crianças muito pequenas, que devem ocupar seu tempo em estudo e divertimento.

6

Abaixo foram transcritos trechos de cartas de leitores de um jornal sobre a maioridade penal; a opção cujo posicionamento contraria especificamente uma afirmação do texto 1 é:

- (A) “Ser a favor ou contra a redução da maioridade penal é um direito inalienável de cada cidadão, mas, alegar que a redução de 18 para 16 anos colocará a nossa juventude no sistema prisional é o mesmo que confundir alhos com bugalhos”.
- (B) “O discurso contrário à redução da maioridade penal é o mesmo, assim como as justificativas para não adotá-la no país. Uma delas é a questão da precariedade do sistema penitenciário no Brasil”.
- (C) “Preocupante que a CCJ tenha dado aval para que a proposta de redução da menoridade penal seja discutida e até votada no Congresso Nacional”.
- (D) “Mandar adolescentes para a cadeia só irá piorar as coisas e aumentar ainda mais a violência e o crime na já conturbada sociedade brasileira”.
- (E) “Ninguém acredita que essa redução da maioridade penal irá resolver a questão da segurança pública. Apenas acreditamos que homicidas serão, realmente, punidos”.

7

Ao intitular o texto 1 como “O mito da maioridade penal” o autor do texto:

- (A) antecipa um posicionamento sobre o tema abordado;
- (B) mostra o tema como algo fora de época;
- (C) destaca o tema como algo importante;
- (D) considera o tema do ponto de vista literário;
- (E) condena a discussão do tema.

8

A UOL Cotidiano lista uma série de razões contra e a favor da redução da maioridade penal; a razão abaixo que NÃO está adequadamente expressa contra a redução é:

- (A) a redução da maioridade penal fere uma das cláusulas pétreas (aquelas que não podem ser modificadas por congressistas) da Constituição de 1988;
- (B) a inclusão de jovens a partir de 16 anos no sistema prisional brasileiro não iria contribuir para a sua reinserção na sociedade;
- (C) a pressão para a redução da maioridade penal está baseada em dados estatísticos e não em casos isolados;
- (D) em vez de reduzir a maioridade penal, o governo deveria investir em educação e em políticas públicas para proteger os jovens e diminuir a vulnerabilidade deles ao crime;
- (E) a redução da maioridade penal iria afetar, preferencialmente, jovens negros, pobres e moradores de áreas periféricas do Brasil, na medida em que este é o perfil de boa parte da população carcerária brasileira.

9

“O Brasil precisa alinhar a sua legislação à de países desenvolvidos como os Estados Unidos, onde, na maioria dos Estados, adolescentes acima de 12 anos de idade podem ser submetidos a processos judiciais da mesma forma que adultos”.

Sobre esse argumento, a afirmação correta é:

- (A) mostra opinião contrária à redução da maioridade penal;
- (B) indica a legislação de todos os estados americanos como parâmetro a ser seguido no Brasil;
- (C) destaca os países desenvolvidos como exemplos onde a redução da maioridade penal não foi adotada;
- (D) apela a um absurdo a fim de que a força de seu argumento seja intensificada;
- (E) aponta um país considerado superior ao Brasil onde já se aplica a redução da maioridade penal para que sirva de exemplo.

10

Em documento que circula pela Internet estão apontadas 18 razões para que não haja redução da maioridade penal; entre elas, a razão que se apoia em fator sem referência a valor ou desvalor intrínseco da redução é:

- (A) a redução em foco esbarra no fato de o sistema prisional brasileiro não suportar mais pessoas;
- (B) a redução da maioridade penal trata o efeito, mas não a causa;
- (C) a redução da maioridade penal não afasta os adolescentes do crime;
- (D) a redução pretendida afronta leis brasileiras e internacionais;
- (E) a redução almejada não respeita os direitos de crianças e adolescentes.

TEXTO 2 - O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção. Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica. Os poderes públicos, inclusive o Judiciário, estão em dívida com a sociedade por conta da inobservância do estatuto em sua integralidade.

Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. (Aloysio Nunes Ferreira, *Época*).

11

Argumentativamente falando, as palavras do enunciador do texto 2:

- (A) condenam o ECA por seu excesso de benevolência;
- (B) aplaudem o Governo por suas medidas educativas;
- (C) criticam os poderes públicos por só aplicarem as leis estabelecidas pelo ECA;
- (D) apoiam o ECA, mas reconhecem limitações em alguns casos;
- (E) defendem incondicionalmente a redução da maioridade penal.

12

“O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção”.

A inclusão de uma vírgula entre os dois segmentos (texto 2) faz supor a implícita existência de um conector entre eles; tal conector deveria representar:

- (A) uma concessão, como “ainda que”;
- (B) uma adversidade, como “porém”;
- (C) uma conclusão, como “logo”;
- (D) uma explicação, como “pois”;
- (E) uma proporcionalidade, como “à medida que”.

13

“Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

Nesse segmento do texto 2 há duas ocorrências sublinhadas do vocábulo “mesmo”; sobre essas ocorrências, é correto afirmar que:

- (A) ambas equivalem ao sentido de inclusão;
- (B) só a primeira ocorrência indica concessão;
- (C) só a segunda ocorrência indica concessão;
- (D) só a primeira ocorrência indica inclusão;
- (E) só a segunda ocorrência indica inclusão.

14

“Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que (1) são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que (2) isso não se justifica”.

Nesse segmento do texto 2, o elemento que NÃO estabelece coesão formal com nenhum termo anterior é:

- (A) outras;
- (B) advertência;
- (C) que (1);
- (D) que (2);
- (E) isso.

15

“O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção. Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

O adjetivo que, por sua tipologia, mostra um tipo diferente dos demais é:

- (A) ignorada;
- (B) previstas;
- (C) severas;
- (D) justa;
- (E) generosa.

16

A frase abaixo em que está ausente qualquer processo de intensificação de adjetivos é:

- (A) “O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa”;
- (B) “...ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção”;
- (C) “Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência...”;
- (D) “...a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas”;
- (E) “...é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

17

Observe o gráfico a seguir e destaque a afirmação que se coaduna com os dados apresentados.



- (A) Países desenvolvidos apoiam a redução da maioridade penal;
- (B) A segurança se consegue com a retirada de elementos perigosos das ruas;
- (C) A lei brasileira é mais rígida que a de muitos outros países desenvolvidos;
- (D) As dúvidas sobre a idade ideal de responsabilidade penal é visível;
- (E) Países subdesenvolvidos pretendem ressocializar os delinquentes.

18

No texto 2 aparece o seguinte segmento: “Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

Sobre as sanções previstas, a afirmação correta é:

- (A) as sanções estão dispostas, no texto, em ordem crescente de penalização;
- (B) a internação aparece como menos grave do que a privação de liberdade;
- (C) as sanções menos severas incluem a internação;
- (D) as sanções aparecem citadas em ordem decrescente de rigor;
- (E) as sanções citadas aparecem citadas aleatoriamente.

19

“Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Os termos que, se trocados de posição, acarretam modificação de sentido, são:

- (A) o único remédio / o remédio único;
- (B) população jovem / jovem população;
- (C) determinados casos / casos determinados;
- (D) punição mais eficaz / mais eficaz punição;
- (E) Estatuto da Criança e do Adolescente / Estatuto do Adolescente e da Criança.

20

Entre as palavras abaixo, aquela que mostra uma formação distinta das demais é:

- (A) promoção;
- (B) proteção;
- (C) internação;
- (D) população;
- (E) prevenção.

21

“Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Nesse segmento do texto 2, o termo empregado em sentido conotativo (ou figurado) é:

- (A) punição;
- (B) remédio;
- (C) violência;
- (D) população;
- (E) Estatuto.

Conhecimentos Específicos

22

Suponha um indivíduo com preferências racionais. Assim, uma das características das curvas de indiferença é que:

- (A) a taxa marginal de substituição é decrescente;
- (B) é possível que elas se cruzem;
- (C) elas interceptam os eixos das abscissas e das ordenadas;
- (D) no caso de substitutos perfeitos, as suas inclinações são constantes;
- (E) no caso de preferências quase-lineares, são traduções horizontais umas das outras.

23

Pela equação de Slutsky, é correto afirmar que:

- (A) em uma economia de dois bens, se um bem é inferior, então o outro é necessariamente um bem normal;
- (B) um bem de luxo (superior) apresenta elasticidade-renda da demanda Marshalliana maior do que a unidade;
- (C) um bem é substituto ou complementar bruto;
- (D) a variação da demanda Hicksiana em função do preço é decomposta em efeitos renda e substituição;
- (E) um bem é de Giffen, se o efeito renda mais do que compensa o efeito substituição.

24

Suponha que um consumidor tenha que escolher entre três bens: A, B e C. Assuma as seguintes nomenclaturas:

p_A , p_B , p_C são os preços dos bens A, B e C, respectivamente.

U_{mgA} , U_{mgB} , U_{mgC} são as utilidades marginais dos bens A, B e C, respectivamente.

$TMSAB$, $TMSBC$, $TMSCA$ são as taxas marginais de substituição entre os bens A e B, B e C, e C e A, respectivamente.

Supondo solução interior, na sua escolha ótima:

- (A) $U_{mgA}=U_{mgB}=U_{mgC}$;
- (B) $p_A/p_B=U_{mgA}/U_{mgB}$ e $p_B/p_C=U_{mgB}/U_{mgC}$ e $p_A/p_C=U_{mgA}/U_{mgC}$;
- (C) $p_A/p_B= p_B/p_C= p_A/p_C$ e $TMSAB = TMSBC=TMSCA$;
- (D) $U_{mgB}/U_{mgA}=TMSAB$ e $U_{mgC}/U_{mgB}=TMSBC$ e $U_{mgA}/U_{mgC}=TMSCA$;
- (E) $p_A/p_B=TMSAB$ ou $p_B/p_C=TMSBC$ ou $p_C/p_A=TMSCA$.

25

Seja a função de produção $f(x,y)=a+xy$, em que a é uma constante positiva e x e y são insumos. Essa função apresenta:

- (A) retornos crescentes de escala;
- (B) retornos decrescentes de escala;
- (C) retornos constantes de escala;
- (D) retornos de escala indefinidos;
- (E) produto marginal crescente em x e y .

26

Suponha que em uma cidade existam muitas padarias. No entanto, em um bairro específico chamado “Vizinhança” existe apenas uma. Muitos moradores do bairro compram nessa padaria pela comodidade. Mas o preço elevado do pão francês faz com que alguns moradores prefiram ir a padarias localizadas mais distantes. Assim, o fato de a padaria no bairro “Vizinhança” ter algum grau de poder na fixação do preço do pão francês, nesse contexto mostra que a estrutura de mercado é de:

- (A) monopólio natural no bairro “Vizinhança” e oligopólio na cidade;
- (B) monopólio de Cournot no bairro “Vizinhança” e competição perfeita na cidade;
- (C) competição monopolística por causa da localização diferenciada em relação às demais padarias da cidade;
- (D) monopólio por fixar um preço mais elevado do que a média praticada pelas demais padarias da cidade;
- (E) oligopólio de Bertrand, por liderar o preço do pão na cidade.

27

No dia 24/03/2015, o site do jornal Correio Brasiliense publicou a reportagem “Déficit de transações correntes é de US\$ 90 bilhões em 12 meses”.

Apesar do título, a reportagem destaca que em fevereiro de 2015 “o balanço de pagamentos registrou superávit de US\$ 1 bilhão em fevereiro, com déficit de US\$ 6,9 bilhões em transações correntes”. A melhora do resultado em fevereiro, apontando para um superávit do balanço de pagamentos, dentre os seus diferentes componentes, pode ser atribuída:

- (A) ao investimento direto estrangeiro líquido positivo;
- (B) ao aumento dos gastos de turistas brasileiros no exterior;
- (C) ao aumento das importações líquidas;
- (D) à redução de receitas obtidas com fretes de seguros;
- (E) ao aumento de remessa de lucro enviada ao exterior.

28

Considere o modelo IS-LM em uma economia no pleno emprego. Nesse contexto:

- (A) a política fiscal contracionista para conter a inflação é totalmente eficaz;
- (B) a política monetária contracionista, ao elevar a taxa de juros, é eficaz para conter a inflação;
- (C) os estímulos de crédito do governo impulsionando o consumo, geram aumento da renda e do produto;
- (D) a política monetária é totalmente ineficaz, visto que a população reterá qualquer aumento de oferta monetária;
- (E) a combinação de políticas monetária e fiscal expansionistas não contribui para o aumento do produto sem elevar a inflação.

29

O mercado de trabalho e o nível da atividade econômica apresentam uma relação estreita. Considerando tal relação, é INCORRETO afirmar que:

- (A) o mercado de trabalho tende a responder de forma defasada à mudança da atividade econômica;
- (B) um período de recessão econômica é seguido de demissões que elevam a taxa de desemprego;
- (C) após forte aumento da taxa inflacionária, corroendo o salário real, reduz-se a população economicamente ativa;
- (D) pode ocorrer uma descompressão salarial, em virtude de uma recessão econômica;
- (E) a informalidade tende a aumentar em um período recessivo, se a legislação trabalhista é rígida.

30

Considere as seguintes siglas: PMPP = Papel Moeda em Poder do Público, PMC = Papel Moeda em Circulação; PME = Papel Moeda Emitido. Assim, a soma do PMPP e do Caixa do Banco Central é igual a:

- (A) PMC – Caixa dos Bancos Comerciais;
- (B) PME – PMC;
- (C) PMC – PME;
- (D) Zero;
- (E) PME – Caixa dos Bancos Comerciais.

31

Um aumento do PIB (Produto Interno Bruto) a custo de fatores, mantido constante o PIB a preços de mercado, deve ser compensado por:

- (A) redução da depreciação;
- (B) aumento dos subsídios e redução dos impostos indiretos;
- (C) redução dos impostos diretos;
- (D) redução da renda líquida enviada ao exterior e aumento dos impostos diretos e indiretos;
- (E) redução do Produto Nacional Bruto a custo de fatores.

32

Em relação às funções do Estado, considere V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) ou F para a(s) falsa(s):

- () Um candidato eleito que eleva os gastos com segurança pública, está exercendo a sua função alocativa.
- () A implementação de um imposto sobre grandes fortunas e a redução daqueles cobrados sobre os extratos menores de renda estão relacionados à função distributiva.
- () Políticas que reduzam os custos admissionais a fim de elevar o emprego estão relacionadas à função estabilizadora.

A sequência correta é:

- (A) V – V – V;
- (B) V – V – F;
- (C) F – V – V;
- (D) F – F – V;
- (E) F – F – F.

33

A curva de Laffer NÃO prediz que:

- (A) existe uma alíquota tributária ótima que maximiza a arrecadação do governo;
- (B) quando o imposto é de 100% sobre a renda do trabalho, as pessoas abandonam o mercado de trabalho formal;
- (C) a sonegação fiscal aumenta continuamente com o aumento da alíquota tributária;
- (D) aumentos de alíquota são contraproducentes a partir de um determinado nível;
- (E) a informalidade é baixa quando a alíquota tributária é próxima de zero.

34

Em relação às necessidades de financiamento do setor público (NFSP), em um cenário de inflação nula, considere V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) ou F para a(s) falsa(s):

- () A existência de déficit público implica poupança pública negativa.
- () Um aumento do investimento público deve ser compensado por um aumento da poupança pública.
- () O NFSP positivo implica que a dívida líquida do setor público está crescendo.

A sequência correta é:

- (A) V – V – V;
- (B) V – V – F;
- (C) F – V – F;
- (D) F – F – V;
- (E) F – F – F.

35

Em relação à evolução das despesas previdenciárias, considere V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) ou F para a(s) falsa(s):

() A partir de 1991, houve um forte crescimento das aposentadorias rurais.

() A implantação do Regime Jurídico Único, a partir da Constituição, possibilitou o direito à aposentadoria integral ou até superior ao salário da ativa.

() Houve um crescimento do número de pedidos de aposentadoria por tempo de serviço, que foi estancado após o Plano Real, com a estabilização econômica.

A sequência correta é:

- (A) V – V – V;
- (B) V – V – F;
- (C) F – V – F;
- (D) F – F – V;
- (E) F – F – F.

36

Em relação à estrutura tributária brasileira, sua evolução e de seus componentes, é INCORRETO afirmar que:

- (A) na década de 1990 houve um aumento da carga tributária;
- (B) o aumento das importações após 1994 alavancou os repasses constitucionais a estados e municípios;
- (C) a receita do FINSOCIAL, posteriormente COFINS, ganhou importância no quadro de receitas do governo ao longo da década de 1990;
- (D) individualmente, o ICMS foi o principal imposto durante a década de 1990;
- (E) um dos problemas do sistema tributário brasileiro, quando da discussão da reforma tributária, após 1994, era o grande peso dos impostos sobre a exportação.

37

Em relação ao período conhecido como milagre econômico brasileiro (1968 a 1973), considere V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s):

() O termo “milagre” deveu-se à aceleração do crescimento atrelado a uma queda moderada da inflação.

() O período foi de elevado crescimento, mas à custa de uma rápida deterioração do saldo da balança de pagamentos.

() A política agrícola implementada contribuiu para elevar a produção, via financiamentos públicos subsidiados e isenções fiscais.

A sequência correta é:

- (A) V – V – V;
- (B) V – V – F;
- (C) V – F – V;
- (D) F – F – V;
- (E) F – F – F.

38

Uma das características do Plano Cruzado foi:

- (A) a semelhança com o Plano Austral, implementado na Argentina, que vivia também uma aceleração econômica;
- (B) a moeda adotada na época foi o cruzado, cuja paridade seria 100 cruzeiros para 1 cruzado;
- (C) as ORTNS foram mantidas e seus valores foram congelados;
- (D) as cadernetas de poupança passaram a ter rendimentos mensais e não mais trimestrais para evitar a ilusão monetária;
- (E) os salários ficaram congelados e as empresas decidiam o reajuste via negociação.

39

O Plano Real foi implementado em três fases sequenciais, respectivamente:

- (A) elevação da taxa SELIC para conter a inflação; conversão monetária; fixação de um câmbio fixo;
- (B) criação da URV; ajuste fiscal; mudança do regime de câmbio fixo para flexível;
- (C) retenção dos depósitos a prazo; conversão monetária; fixação do câmbio em 1 dólar para 1 real;
- (D) ajuste fiscal; criação da URV que anulasse a memória inflacionária; regras de conversão para a nova moeda (real);
- (E) implementação do PAI e criação da IPMF; regras de emissão e lastreamento da nova moeda; congelamento dos salários.

40

Em relação à situação do mercado de trabalho durante a década de 2000, considere V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s):

() O período foi marcado por uma redução do desemprego e elevação do salário real.

() A taxa de informalidade diminuiu consideravelmente, em parte devido à elevação da escolaridade e ao maior acesso ao crédito pelos trabalhadores.

() O mercado de trabalho foi impulsionado principalmente pelo crescimento do setor de serviços intensivo em mão de obra.

A sequência correta é:

- (A) V – V – V;
- (B) V – V – F;
- (C) F – V – V;
- (D) F – F – V;
- (E) F – F – F.

41

Um dos pontos da mudança das regras previdenciárias devido à Constituição Federal de 1988 foi:

- (A) o aumento considerável de benefícios previdenciários rurais;
- (B) a eliminação da diferença de idade de aposentadoria entre homens e mulheres;
- (C) a redução de aposentadorias em idade precoce;
- (D) a regra que interrompe o pagamento da aposentadoria caso o beneficiário volte a trabalhar;
- (E) o endurecimento do acesso a pensões por morte.

42

Uma característica do orçamento-programa, que se baseia em uma concepção moderna de orçamento, que o diferencia das práticas orçamentárias tradicionais é o(a):

- (A) ênfase na função de controle;
- (B) ênfase no aspecto jurídico do orçamento;
- (C) foco nos insumos;
- (D) posição secundária do aspecto econômico;
- (E) vinculação entre orçamento e planejamento.

43

De acordo com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, durante os processos de elaboração e discussão dos orçamentos, a realização de audiências públicas é:

- (A) facultativa;
- (B) obrigatória;
- (C) recomendada;
- (D) delegada ao Poder Legislativo;
- (E) dispensada, se houver orçamento participativo.

44

Dado que a última eleição para governadores dos Estados ocorreu em 2014, o PPA elaborado pelo governo eleito neste ano:

- (A) terá vigência até o final de 2018;
- (B) terá vigência a partir do início de 2015;
- (C) orientará a elaboração de todos os orçamentos do mandato;
- (D) deverá ser votado até o final de 2015;
- (E) deverá manter os critérios de regionalização do PPA anterior.

45

Ao final do exercício de 2014, o Estado de Rondônia apurou uma receita corrente líquida de R\$ 5,5 bilhões. Em decorrência dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal do Poder Judiciário do Estado está limitada a:

- (A) R\$ 330 milhões;
- (B) R\$ 165 milhões;
- (C) R\$ 137,5 milhões;
- (D) R\$ 110 milhões;
- (E) R\$ 33 milhões.

46

Em uma unidade da Federação, uma determinada receita de origem tributária foi lançada no primeiro bimestre, arrecadada no terceiro e recolhida no quarto bimestre. No Balanço Orçamentário que compõe o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, essa receita será incluída como realizada:

- (A) a partir do primeiro bimestre;
- (B) a partir do terceiro bimestre;
- (C) apenas no terceiro bimestre;
- (D) a partir do quarto bimestre;
- (E) apenas no quarto bimestre.

47

No que tange à classificação de itens patrimoniais de acordo com a natureza de despesa, pode-se afirmar que:

- (A) o controle patrimonial e o reconhecimento do ativo seguem os mesmos critérios;
- (B) o controle patrimonial deve considerar a capacidade dos bens e direitos de gerar benefícios econômicos;
- (C) materiais cuja durabilidade seja superior a dois anos não podem ser classificados como material de consumo;
- (D) todos os bens classificados como material permanente precisam ser tombados;
- (E) um item classificado como material de consumo pode ser incorporado ao patrimônio da entidade.

48

Dentre as obrigações de publicação de relatórios fiscais, um anexo que o Poder Judiciário dos Estados deve publicar é o:

- (A) Balanço Orçamentário, em todos os quadrimestres;
- (B) Demonstrativo da Despesa com Pessoal, apenas no último quadrimestre;
- (C) Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, apenas no último quadrimestre;
- (D) Demonstrativo dos Restos a Pagar, apenas no último quadrimestre;
- (E) Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, em todos os quadrimestres.

49

Entre os objetivos do PAEG, NÃO se inclui:

- (A) a aceleração do ritmo de desenvolvimento econômico;
- (B) o controle inflacionário, visando um maior equilíbrio de preços;
- (C) a redução de desigualdade econômica entre setores e regiões;
- (D) o aumento das oportunidades de emprego produtivo à população economicamente ativa;
- (E) o uso do superávit da balança de pagamentos para impulsionar a economia.

50

Em relação ao governo Lula (2003-2010), considere V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s):

- () A redução da desigualdade de renda pode ser atribuída tanto às políticas sociais quanto ao crescimento econômico do período.
- () A promoção da política denominada “campeões nacionais” contribuiu para o aumento de incentivos ou subsídios estatais concedidos a grandes empresas.
- () O custo unitário do trabalho cresceu bastante no período, mesmo que à custa de uma desvalorização real do salário mínimo.

A sequência correta é:

- (A) V – V – V;
- (B) V – V – F;
- (C) V – F – F;
- (D) F – V – F;
- (E) F – F – V.

51

Associe cada classificação de projeto a sua característica:

1. Origem
2. Finalidades
3. Tipos de Setor
4. Uso

() Utiliza-se um projeto de implantação quando se deseja executar um empreendimento novo.

() Projetos de serviços ou comércio em geral são próprios para abertura de uma filial em uma cadeia varejista ou até mesmo para a adoção de novas tecnologias em automação comercial.

() Os empreendimentos podem ser realizados por empresas privadas ou públicas.

() O projeto de viabilidade serve para indicar se o empreendimento é viável ou não, ao comparar os recursos comprometidos com os benefícios esperados.

A associação correta é:

- (A) 1 – 2 – 3 – 4;
- (B) 2 – 3 – 1 – 4;
- (C) 2 – 3 – 4 – 1;
- (D) 3 – 2 – 4 – 1;
- (E) 4 – 1 – 2 – 3.

52

Em relação aos estudos de tamanho de um projeto, considere V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s):

() O tamanho ótimo de um projeto da iniciativa privada pode ser a escala que conduz ao melhor resultado possível, como índice de lucratividade ou rentabilidade.

() Um dos objetivos desse tipo de estudo é estimar os custos dos produtos e serviços.

() A economia de escala é desejável, segundo estudos desse tipo, pois implica um uso mais racional dos insumos para um dado nível produtivo.

A sequência correta é:

- (A) V – V – V;
- (B) V – V – F;
- (C) V – F – F;
- (D) F – V – V;
- (E) F – V – F.

53

O *payback* descontado de um projeto pode ser interpretado como:

- (A) a taxa de desconto que zera o fluxo líquido do projeto de investimento;
- (B) o custo de oportunidade de se investir no projeto considerado;
- (C) o valor da receita marginal superado em relação ao custo marginal;
- (D) o período de tempo necessário para se recuperar o investimento inicial;
- (E) o valor residual que se obtém no final do projeto, descontado o investimento inicial.

Legislação Institucional**54**

Consoante dispõe a Constituição do Estado de Rondônia, é exemplo de garantia dos membros da Defensoria Pública a:

- (A) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior da Defensoria Pública, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;
- (B) vitaliciedade, que será adquirida após dois anos de exercício, somente podendo ocorrer a perda do cargo mediante sentença judicial transitada em julgado, assegurada ampla defesa;
- (C) promoção voluntária de categoria para categoria, sempre por antiguidade, por meio de lista tríplice no terço mais antigo da carreira elaborada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública;
- (D) estabilidade, após dois anos de exercício, não podendo ser os Defensores Públicos demitidos do cargo senão por sentença judicial em processo em que lhes seja assegurada ampla defesa;
- (E) possibilidade de exercício de advocacia privada (exceto contra os interesses do ente federativo a que estiverem vinculados) e de participação em sociedade empresarial, na condição de sócio administrador.

55

De acordo com a Lei Complementar Federal nº 80/94, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, é função institucional da Defensoria Pública, dentre outras:

- (A) exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais (vedado o patrocínio de pessoas jurídicas), em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias;
- (B) promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;
- (C) prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em processos judiciais (vedada a atuação em processos administrativos), perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias;
- (D) prestar orientação jurídica e promover a defesa dos direitos individuais e coletivos da pessoa jurídica de direito público interno a que estiver vinculada, nos processos judiciais, em todos os graus, de forma integral e gratuita;
- (E) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição, na defesa dos direitos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita.

56

É prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Estado prevista na Lei Complementar Federal nº 80/94:

- (A) não ser preso, inclusive na hipótese de flagrante delito, senão por ordem judicial escrita e devidamente fundamentada, no bojo de processo judicial em que lhes tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- (B) comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, exceto quando estes se acharem presos e incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais e prisionais, independentemente de prévio agendamento;
- (C) receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos;
- (D) representar a parte assistida, em feito administrativo ou judicial, necessariamente mediante instrumento de mandato outorgando-lhes poderes específicos para tal, independentemente de a lei exigir poderes especiais para o caso;
- (E) ser investigado pela prática de crime comum exclusivamente pelo Defensor Público-Geral e, quando, no curso de investigação policial, houver indício de prática de crime por Defensor Público, a autoridade policial encaminhará a investigação imediatamente ao chefe institucional.

57

Ao dispor sobre normas gerais para a organização da Defensoria Pública dos Estados, a Lei Complementar Federal nº 80/94 estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Defensoria Pública do Estado, quanto à legalidade, legitimidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo:

- (A) Poder Executivo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Tribunal de Contas;
- (B) Tribunal de Contas, mediante controle externo feito pelo Poder Judiciário, e pelo sistema de controle interno estabelecido em lei;
- (C) Tribunal de Contas, mediante controle interno, e pelo sistema de controle interno do Poder Judiciário;
- (D) Poder Legislativo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno estabelecido em lei;
- (E) Poder Judiciário, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Tribunal de Contas.

58

O Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Rondônia dispõe que o serviço extraordinário tem caráter eventual e só será admitido em situações excepcionais e temporárias, sendo remunerado com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho. Nesse contexto, aponte as consequências das condutas dos seguintes servidores estaduais ocupantes de cargo efetivo:

Caso 1: Alberto atestou falsamente a prestação de serviço extraordinário.

Caso 2: João se recusou, sem justo motivo, à prestação de serviço extraordinário.

- (A) Alberto será punido com pena de demissão e João com pena de suspensão;
- (B) Alberto será punido com pena de suspensão e João com pena de repreensão;
- (C) Alberto será punido com pena de demissão e João com pena de exoneração;
- (D) ambos serão punidos com pena de repreensão e, no caso de reincidência, com a suspensão;
- (E) ambos serão punidos com pena de suspensão e, no caso de reincidência, com a demissão.

59

Marcela, servidora pública civil estável estadual de Rondônia ocupante de cargo efetivo, pretende obter licença por motivo de doença em pessoa da família para dar assistência a seu irmão, acometido de grave enfermidade. Com base no regime jurídico que disciplina a matéria previsto na Lei Complementar Estadual nº 68/1992, é correto afirmar que a licença pretendida por Marcela será concedida:

- (A) sem remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada por até doze meses, mediante parecer da Junta Médica, incidindo necessariamente sobre a jornada integral de trabalho da servidora;
- (B) sem remuneração, até trinta dias, podendo ser prorrogada por até cento e oitenta dias, mediante parecer da Junta Médica, incidindo necessariamente sobre a jornada integral de trabalho da servidora;
- (C) sem prejuízo da remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada sem remuneração pelo período máximo de até trinta e seis meses, mediante parecer da Junta Médica;
- (D) sem prejuízo da remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada por até noventa dias, mediante parecer da Junta Médica e, excedendo estes prazos, sem remuneração, até o máximo de vinte e quatro meses;
- (E) sem prejuízo da remuneração, até trinta dias, podendo ser prorrogada sem remuneração por até seis meses, mediante parecer da Junta Médica, e a servidora tem prazo de quinze dias após a cessação da causa da doença para se apresentar ao serviço.

60

Consoante dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual nº 68/1992), é dever do servidor:

- (A) conceder diárias com o objetivo de remunerar outros serviços ou encargos, bem como recebê-las pela mesma razão ou fundamento;
- (B) aliciar, de acordo com sua liberdade de manifestação, subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical;
- (C) promover manifestações de apreço ou desapeço no recinto da repartição, de acordo com sua liberdade de opinião;
- (D) manter conduta compatível com a moralidade e a improbidade administrativas;
- (E) atender prontamente às requisições para defesa da Fazenda Pública e à expedição de certidões.

61

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado é órgão normativo, consultivo e deliberativo, incumbido de superintender a atuação da Defensoria Pública, bem como zelar pela observância dos princípios institucionais do órgão. Nesse contexto, de acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual nº 117/94), compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública:

- (A) organizar e realizar concursos públicos, elaborar listas de antiguidade, aprovar o funcionamento de estágio probatório, aprovar ou impugnar procedimentos relativos ao estágio probatório e homologar resultados dos concursos de ingresso;
- (B) promover os registros estatísticos da produção dos membros da Defensoria Pública e de pastas de assentamentos e prontuários referentes a cada um, para os devidos fins, inclusive para efeito de aferição de merecimento;
- (C) estabelecer o horário de funcionamento, a lotação e a distribuição dos membros e dos servidores da Defensoria Pública e autorizar os afastamentos dos membros da Defensoria Pública do Estado;
- (D) designar membro da Defensoria Pública do Estado para exercício de suas atribuições em órgão de atuação diverso de sua lotação ou, em caráter excepcional, perante Juízos, Tribunais ou ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria;
- (E) elaborar, anualmente, a lista de antiguidade dos membros da Defensoria Pública, fazendo-a publicar no Diário Oficial e encaminhar ao Poder Executivo os expedientes, atos e estudos do interesse da Defensoria Pública.

62

Em matéria criminal, consoante dispõe a Lei Complementar Estadual de Rondônia nº 117/94, compete aos Defensores Públicos:

- (A) defender, nos processos criminais, os réus que não tenham defensor constituído, inclusive os revéis, independentemente da declaração de hipossuficiência econômica;
- (B) exercer a defesa, nos processos criminais, dos réus com hipossuficiência econômica, exceto os policiais militares junto à Auditoria Militar;
- (C) defender, nos processos criminais, todos os réus com hipossuficiência econômica, e exercer o controle externo da atividade policial;
- (D) requerer a transferência de presos para local adequado e propor ação penal pública condicionada à representação, nos casos em que a parte for juridicamente necessitada;
- (E) atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, e propor ação penal pública incondicionada, nos casos em que a parte for juridicamente necessitada.

63

Edson, Defensor Público Estadual de Rondônia, foi condenado em processo criminal transitado em julgado, a seis anos de reclusão pela prática de peculato. Considerando que se trata de crime contra a administração pública, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 117/94, tal fato:

- (A) não constitui causa para sua demissão, nem que haja processo próprio para tal, pela independência das instâncias civil, penal e administrativa;
- (B) não constitui causa para sua demissão, para evitar o *bis in idem*, ou seja, para impedir que o réu seja punido mais de uma vez pelos mesmos fatos;
- (C) constitui causa para sua demissão, cuja pretensão punitiva disciplinar prescreve juntamente com a ação penal, na forma da lei;
- (D) constitui causa para sua demissão, cuja pretensão punitiva disciplinar prescreve no prazo de 03 (três) anos, na forma da lei;
- (E) constitui causa para sua suspensão durante o período de cumprimento da pena, sem direito à remuneração, na forma da lei.

64

A Lei Ordinária Federal nº 1.060/50 dispõe que a assistência judiciária aos necessitados:

- (A) engloba as taxas judiciárias, os selos, os emolumentos e custas devidos aos Juízes e serventuários da justiça, excluídos os devidos a órgãos do Ministério Público;
- (B) compreende as despesas com a realização do exame de código genético – DNA que for requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade;
- (C) abrange os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, ajuizamento de ação e demais atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa, excluídos os honorários dos peritos;
- (D) inclui os honorários advocatícios e as custas processuais, excluídas as despesas com as publicações indispensáveis no jornal encarregado da divulgação dos atos oficiais;
- (E) abarca os honorários advocatícios, as custas processuais, as taxas e selos judiciários e, quando o beneficiário da assistência for vencedor na causa, metade de tais valores será paga pelo vencido.

Geografia e História de Rondônia

65

“Há sinais desse movimento desde a época do descobrimento, mas foi no governo de Getúlio Vargas (1930/1945) que a colonização da floresta passou a ser vista como estratégica para os interesses nacionais. Era a época da Marcha para o Oeste.

(...) Durante a ditadura militar, a política para a Amazônia ficou conhecida pelo lema ‘Integrar para não Entregar’.”

(Peixoto, Fabrícia. *Linha do tempo: Entenda como ocorreu a ocupação da Amazônia*. Disponível em www.bbc.co.uk)

A ocupação da Amazônia ganhou fôlego no século XX, como mostra o trecho da reportagem acima. Sobre as consequências dessa ocupação, pode-se destacar:

- (A) o desenvolvimento econômico baseado nos princípios da sustentabilidade, que garantiu a preservação da floresta;
- (B) a demarcação das terras dos grupos indígenas que viviam na região, evitando conflitos por terras;
- (C) a forte deterioração do bioma da região norte, como consequência da exploração desenfreada da região;
- (D) a adoção de um padrão de transportes ferroviário, distinto do restante do país;
- (E) a abertura das fronteiras à penetração de países vizinhos que exploravam a região.

66

Em 2012, foi comemorado o centenário de inauguração da ferrovia Madeira-Mamoré. Tal construção, vista como difícil e complexa, com tentativas fracassadas no século XIX, custou a vida de inúmeros operários, e, durante o período da ditadura militar no país, acabou desativada, no governo do presidente Castelo Branco, em 1966. A justificativa para tal medida foi:

- (A) a preservação ambiental local através do fim das atividades econômicas na região;
- (B) o incremento do transporte fluvial, aproveitando o potencial dos rios da região;
- (C) o redirecionamento dos investimentos para o transporte aéreo com a construção de vários aeroportos;
- (D) o incentivo ao transporte rodoviário com a construção de estradas na região;
- (E) o afastamento do capital estrangeiro da estrutura de transporte da região norte.

67

A região Norte, em especial o Vale do Madeira, teve a sua economia baseada no extrativismo e, como decorrência da sua formação social, o trabalho indígena, escravo ou não, foi largamente utilizado. No entanto, no início do século XX, ocorreu uma alteração nesse quadro relativo à mão de obra, com a não utilização de indígenas.

O fator que justificou tal alteração foi:

- (A) o fim da escravidão no Brasil no final do século XIX, atraindo a mão de obra imigrante para a região;
- (B) a política oficial dos governos republicanos de forçar a migração do sul para o norte do país;
- (C) a seca prolongada no nordeste, que forçou a migração deste contingente populacional para a região norte;
- (D) a decadência do café do Vale do Paraíba levando a população camponesa dessa área para o norte do país;
- (E) os investimentos do capital japonês na borracha da região norte, trazendo a mão de obra oriental para o Brasil.

68

“A permanência do Presidente da República em Porto Velho serviu para assentar as bases da criação de um Território Federal nas áreas dos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim...”

(PINTO, Emanuel Pontes. *Território Federal do Guaporé*. Viçosa, 2003)

A criação do Território do Guaporé foi motivada pela:

- (A) política industrializante voltada à região amazônica;
- (B) pressão política das oligarquias rurais de Porto Velho;
- (C) possibilidade de aumento da produção de borracha;
- (D) necessidade de proteção das fronteiras brasileiras;
- (E) descentralização do poder político nacional.

69

“Rondônia passou (...) a representar novamente uma fronteira de expansão da produção de soja, e os atores econômicos devem dar o devido destaque para esse espaço juntamente com o Estado do Mato Grosso.”

(EGLER, Claudio. A Pré-Amazônia Mato-Grossense no Contexto Nacional e Sul Americano. In: Expansão da Soja na Pré-Amazônia Mato-Grossense: Impactos Socioambientais. Cuiabá-MT: Entrelinhas: EdUFMT, p. 15-34, 2007)

A expansão da produção de soja no Estado de Rondônia ocorreu, principalmente:

- (A) na porção norte do território, em razão da presença da hidrovía do Madeira;
- (B) na porção oeste do território, pela facilidade de escoamento da produção pela Bolívia;
- (C) na porção central do território, onde houve fixação de muitos migrantes nordestinos;
- (D) na porção sudeste do estado, em razão da política territorial dos Eixos Nacionais de Integração;
- (E) na porção sul do estado, pela proximidade com a capital, que polarizou o poder político do estado.

70

A respeito da geodiversidade do relevo do Estado de Rondônia, considere as seguintes afirmativas:

I - No Estado de Rondônia, destacam-se os principais padrões geomorfológicos: planícies de inundação, baixadas fluviolacustres e terraços fluviais das várzeas dos rios Madeira-Mamoré-Guaporé; superfícies aplainadas sobre o embasamento pré-cambriano; planaltos e serras decorrentes de dobramentos modernos.

II - As maiores elevações encontram-se nas Serras dos Pacaás Novos e Parecis, atingindo altitudes superiores a 1000 metros acima do nível do mar.

III - Na faixa sudoeste do estado, na fronteira com a Bolívia, ocorre uma vasta bacia sedimentar quaternária que se espalha pelo território boliviano, denominada Depressão do Guaporé.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

Realização

